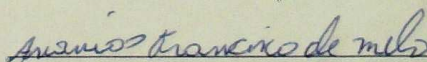


PROCURAÇÃO AD JUDICIA

Outorgante: ANANIAS FRANCISCO DE MELO, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o no. 032.332.714-17, residente na Rua Assentamento Dona Antonia Qa L07, s/n, Jacuma/PB, vem constituir como advogada a Dra. LIDIANI MARTINS NUNES, OAB no. 10244/PB, com escritório localizado na Av. João Luis Ribeiro de Moraes, no. 15, João Pessoa/PB, fone: (83) 3241-1843.

PODERES: Pelo presente instrumento particular que assino, nomeio e constituo como bastante procuradora, a outorgada supra qualificada, outorgando-lhe plenos e especiais poderes, incluindo os das cláusulas extra e ad judicia para representar a outorgante em quaisquer instâncias, Juízos ou Tribunais, repartições e órgãos da Administração Pública direta ou indireta, Federal, dos Estados ou dos Municípios, podendo praticar, conjunta ou separadamente, todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive, propor quaisquer ações, defender nas que forem propostas, recorrer em qualquer Instância ou Tribunal, podendo, ainda, firmar os documentos necessários, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso, substabelecer a presente no todo, ou em parte, com ou sem reserva de poderes e todos os demais poderes necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato, confessar, reconhecer a procedência do pedido, podendo inclusive a outorgada receber alvará nominal a(o) outorgante, e praticar todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato. Desde já fixo HONORÁRIOS CONTRATUAIS de 30% (Trinta por cento), independente dos sucumbenciais. E desde já autorizo a expedir alvará judicial de honorários contratuais separados, nos próprios autos do processo judicial de cobrança de seguro DPVAT, por morte ou debilidade, perante a Justiça Estadual.

João Pessoa, 23 de Maio de 2017


Ananias Francisco De Melo



DECLARAÇÃO DE JUSTIÇA GRATUITA

Eu, **ANANIAS FRANCISCO DE MELO**, brasileiro(a), solteiro(a), Auxiliar serviço gerais, portador(a) do CIC nº 032.332.714-17, residente e domiciliado(a) à Rua Assentamento Dona Antonia Qa L07, s/n, Jacuma/PB. **DECLARO**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da **Gratuidade da Justiça**, com fulcro no art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal e nos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil (Lei Federal n. 13.105, de 16 de março de 2015), *in verbis*:

"Art. 98 – A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

I – as taxas ou as custas judiciais;

II – os selos postais;

III – as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;

IV – a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse;

V – as despesas com a realização de exame de código genético – DNA e de outros exames considerados essenciais;

VI – os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;

VII – o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução;

VIII – os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório;

IX – os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido."

João Pessoa, 23 de Maio de 2017

Ananias Francisco de Melo

ANANIAS FRANCISCO DE MELO
CIC: 032.332.714-17



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.201.095 DATA DE EXPEDIÇÃO 25/10/2013

NOME ANANIAS FRANCISCO DE MELO

FILIAÇÃO JOSÉ FRANCISCO DE MELO
GENELICIA MARIA DE MELO

NATURALIDADE RECIFE-PE DATA DE NASCIMENTO 05/09/1980

DOC ORIGEM NASC. N. 5109 FLS. 104 LIVRA-ACB
CARTORIO RECIFE-PE

CPF 032.332.714-17

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

1º OFÍCIO DE NOTAS
2º TABELADO DE PROTESTOS
3º TABELADO DE PROTESTOS
4º TABELADO DE PROTESTOS
5º TABELADO DE PROTESTOS
6º TABELADO DE PROTESTOS
7º TABELADO DE PROTESTOS
8º TABELADO DE PROTESTOS
9º TABELADO DE PROTESTOS
10º TABELADO DE PROTESTOS

Autentico a presente copia, reproducao fiel do original que me foi apresentado. Em testemunho da verdade.

João Pessoa-PB 23/05/2017 16:03:06

Barrio dos Santos Lima - Escrevente

[2017-029940] ENL:R\$ 2,31 FAX:EN:R\$ 0,27 FEP:R\$ 0,46

SELO DIGITAL: AEZ30856-MINE

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-917





Ananias Francisco de Melo

CARTEIRA DE IDENTIDADE





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIREÇÃO TÉCNICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE ANANIAS FRANCISCO DE MELO

DATA DE NASCIMENTO 05/09/80

NOME DA MÃE GENELICIA MARIA DE MELO

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 970.408

Nº PRONTUÁRIO 99.485

DATA DO ATENDIMENTO 27/12/2016

HORA DO ATENDIMENTO 20:37

MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA

DIAGNÓSTICO (S) HEMORRAGIA EXTRADURAL PARIETAL E + TRAUMATISMOS MÚLTIPLOS NÃO ESPECIFICADOS

CID 10 S 06.4 + T 07

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta (colisão moto x carro), encaminhado do Ortotrauma e com entubação oro-traqueal, apresentando TCE e rebaixamento do nível de consciência. Glasgow 4. Avaliado pela equipe médica da urgência/emergência.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC do crânio e subsequentes
TC da coluna cervical
RX da coluna cervical - AP e P
RX do tórax - AP
RX da bacia - AP
USG do abdome total - FAST

TRATAMENTO:

Hemorragia extradural parietal E à TC do crânio. Sem alteração à TC cervical, USG e aos RX. Realizado internamento e tratamento cirúrgico pelo Dr. Alécio Barcelos e Dr. George Mendes. Obteve suporte da Terapia Intensiva.

ALTA HOSPITALAR: 08/01/17

DATA DA EMISSÃO: 15/05/17

DR. EWERTON NORONHA TEIXEIRA
MÉDICO EM REEVALUAÇÃO
CRM: 2516

Dr. Ewerton Noronha Teixeira
CRM: 2516/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



DESPACHO

Vistos etc.

Intime-se a parte suplicante para, no prazo de quinze dias, colacionar aos autos documento comprobatório de requerimento administrativo, sob pena de extinção.

João Pessoa, 07 de dezembro de 2017



anexo



Seguradora
LÍDER
Admissiones de Seguros (SRL)

☐ MORTE ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ DAMS

DATA DO ACIDENTE 27/12/2015 POSSUI CPF () SIM () NÃO Nº CPF 03233271417

() Documento de identificação do Representante Legal (cópia simples)
() CPF do Representante Legal (cópia simples)
() Comprovante de residência do representante legal (cópia simples), ou declaração de residência (original)

- Com base na legislação em vigor, poderão ser solicitados documentos complementares.
- Para acompanhar o pedido de indenização, acesse www.seguradoralider.com.br ou ligue grátis SAC DPVAT 0800 022 1204.

Todos os documentos devem estar legíveis

Documentos médicos/hospitais que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)

- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
() Laudo de Invalidez do IML – original ou cópia autenticada () Sim () Não
(X) Declaração de Ausência de Laudo do IML (original), junto com relatório médico, comprovando a existência de sequelas permanentes, com a data da alta definitiva – Somente na impossibilidade de apresentar o laudo do IML.
() Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
(X) Documento de identificação da vítima (cópia simples)
(X) CPF da vítima (cópia simples)

() Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada	() Sim	() Não
() Certidão de óbito da vítima – cópia autenticada	() Sim	() Não
() Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário	() Sim	() Não
() Documento de identificação da vítima (cópia simples)	() Sim	() Não
() CPF da vítima (cópia simples)	() Sim	() Não
() Documento de identificação de todos os beneficiários (cópia simples)	() Sim	() Não
() CPF de todos os beneficiários (cópia simples)	() Sim	() Não
() Comprovante de residência dos beneficiários (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de Residência (original).	() Sim	() Não
() Autorização de pagamento para todos os beneficiários(original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)	() Sim	() Não
() Laudo Cadastrário (IML) – somente quando solicitado - cópia Autenticada:	() Sim	() Não

BENEFICIÁRIO CÔNJUGE (ESPOSO OU ESPOSA)

- () Certidão de Casamento com data atual (cópia simples)

BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A)

- (1) Prova de compatheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto a Receita Federal, ou prova de dependência através da carteira de trabalho, ou Alvará Judicial reconhecendo a união estável (cópia simples)
- BENEFICIÁRIO COMPANHHEIRO (A) E CÔNJUGE – QUANDO AMBOS (AS) SÃO BENEFICIÁRIOS (AS)**
- (1) Prova de compatheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto a Receita Federal ou Decisão Judicial que reconheça a união estável (cópia simples)
- (1) Certidão de Casamento, com data atual (cópia simples)
- (1) Declaração de Separação de Fato (original), declarada pelo cônjuge
- (1) Termo de Conciliação (original), assinado pelo(a) companheiro(a), e o cônjuge
- BENEFICIÁRIO DESCENDENTE (FILHO(A) OU NETO(A))**
- (1) Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- DECLARAÇÃO DE ÚNICO HERDEIRO

SI 69123824 4 BR

[illegible]

Valor declarado em mil reais (R\$):
 No caso de vários valores
 utilize o somatório dos valores declarados.

A. MILLER

Resolución a favor de la firma por parte de los
fundadores de la sociedad. La firma es la
aprobación de la firma. La firma es la
de la resolución de la firma. La firma es la
de la resolución de la firma. La firma es la

Name	Rt.
Avg. Response	

[illegible]

Família: Tenent, Laura e Nê de Tre Alvarinho d
os Carreiros [
nascimento 03/06/1900 - 1980
mpeija com o nome de Tenent

VIA-CLINIC SARA 1.1.01

25/11/10
 203 98315411
 203 98315411
 203 98315411

anexo





Poder Judiciário da Paraíba
11ª Vara Cível da Capital

PROCESSO Nº: 0852577-80.2016.8.15.2003

PROMOVENTE: ANANIAS FRANCISCO DE MELO

PROMOVIDO: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A



SENTENÇA



AÇÃO DE COBRANÇA. DETERMINADA A EMENDA DA EXORDIAL. DESPACHO NÃO CUMPRIDO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 303, §2º, DO CPC.



- Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, quando o autor deixar de cumprir a previsão do Art. 303, §2º, do CPC.



Vistos, etc.

ANANIAS FRANCISCO DE MELO, qualificado nos autos, através de seu procurador e advogado, legalmente constituído, ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA**, em face de **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**, também devidamente qualificado.



Intimado do despacho de ID 11422271 para, no prazo de quinze dias, colacionar aos autos documento comprobatório do requerimento administrativo, sob pena de extinção.



Vieram-me conclusos os autos.

É o relatório.



Passo a decidir.

O caso presente é de extinção sem resolução de mérito.



Preceitua o art. 485, I, do NCPC:



“Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

I- indeferir a petição inicial”.



A inicial será indeferida, entre outros casos, quando não atendidas as prescrições dos arts. 320 e 321, ambos do Código de Processo Civil/2015. Este último dispõe sobre a possibilidade de emenda da inicial no caso de não atendimento aos requisitos da petição inicial estabelecidos no CPC ou outros defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento.

No caso presente, constata-se que o promovente, apesar de devidamente intimado no prazo legal para colacionar aos autos documento comprobatório da recusa do procedimento administrativo, sob pena de extinção, conforme determinado no despacho de ID 11422271, manteve-se inerte, deixando de cumprir o determinado.



Diante do constatado, outro caminho não resta senão a extinção do processo pelo indeferimento da petição inicial.



Assim, a par das referidas considerações, com fundamento nos arts. 485, I e 321, parágrafo único, do Novo Código de Processo Civil, **declaro extinto o presente processo sem julgamento do mérito.**

Sem custas.



P.R.I.

Após o trânsito em julgado, archive-se, dando-se baixa na distribuição.



João Pessoa, 19 de dezembro de 2018.



Juiz(a) de Direito



anexo





BOLETIM DE OCORRÊNCIA
Nº: 690/2017

Aos (05) de junho de 2017, nesta cidade, na delegacia do Conde -PB, onde presente encontrava o(a) Exmo(a) **HECTOR NUNES AZEVEDO**, Delegado de Polícia Civil, comigo escrivão de seu cargo, por volta das 11:30min;

COMUNICANTE: ANANIAS FRANCISCO DE MELO
CPF: 032.332.714-17 **RG: 4.201.095 SSP/PB**
NACIONALIDADE: Brasileira **NATURALIDADE: Recife/PE**
ESTADO CIVIL: solteiro
DATA DE NASCIMENTO: 05/09/1980 **PROFISSÃO: Auxiliar de Serviços Gerais**
FILIAÇÃO: José Francisco de Melo e Genelicia Maria de Melo
ENDEREÇO: Assentamento dona Antonia, S/N, Quadra A, Lote 07, Jacumã, Conde/PB.
TELEFONE: 83 9 87594711

OCORRÊNCIA: AFIRMA O NOTICIANTE que na data de 27/12/2016, por volta das 16:30h da tarde estava trafegando com a sua **MOTOCICLETA, uma HONDA CG/160 FAN ESDI, PLACA PCE0380/PE, ANO/FAB 2015/2016, CHASSI 9C2KC2200GR100455, COR VERMELHA** na avenida principal da localidade de Jacumã, próximo à invasão Capadócia numa curva. Que no momento do fato um carro desconhecido vinha em direção oposta ao motociclista e bateu no mesmo, fazendo com que o Sr **ANANIAS FRANCISCO** freasse sem sucesso, onde a sua moto levantou a traseira vindo a cair por cima do mesmo que foi ao solo. Que o Sr **ANANIAS** ficou inconsciente e foi socorrido por particulares para o Ortopedia, mais conhecido como Trauminha do Bairro da Mangabeira em João Pessoa/PB, onde foi encaminhado para o **HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA HUMBERTO LUCENA**, dando entrada no mesmo dia 27/12/2016, às 20:37h com diagnóstico de **HEMORRAGIA EXTRADURAL PARIETAL E TRAUMATISMO MÚLTIPLOS NÃO ESPECIFICADOS**. Que o noticiante ficou internado e realizou procedimento cirúrgico, tendo alta hospitalar no dia 08/01/2017. Que o notificante veio a esta delegacia no dia 18/09/2017, retificar a data do acidente, onde declarou que a data foi 27/12/2016 CIENTE DAS SANÇÕES PENAS CIVIS E CRIMINAIS ÀS QUAIS ESTARÁ SUJEITO QUANTO AO QUE AQUI DECLAROU NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE. ERA O QUE TINHA A REGISTRAR..

Conde, 18 de setembro de 2017.

Notificante: Ananias Francisco de Melo

POLICIAL CIVIL: Ivan da Silva Paula Junior
MAT. 182.276-4

Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 156, Conde/PB, FONE: (83) 32982265
www.policiacivil.pb.gov.br



anexo



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A)
DO(A) 11A. VARA CIVEL DE JOÃO PESSOA - PB**

Processo de no. 0828521-46.2017.8.15.2001

ANANIAS FRANCISCO DE MELO, devidamente qualificado(a), nos autos da **Ação de DPVAT**, sob o número **0828521-46.2017.8.15.2001**, por intermédio de seu advogado(a) e bastante procurador(a), vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, **REQUERER**:

Vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por meio de seu (sua) advogado (a) abaixo assinada, opor, com fulcro nos arts. 1.009 a 1014 e seguintes do Código de Processo Civil, os seguintes, **RECURSO DE APELAÇÃO**, em face da sentença de Extinção Sem Julgamento de Mérito (ID n.º 18466775), que com as cautelas de praxe esse juízo remeta os autos para o Egregio Tribunal de Justiça da Paraíba, pelos motivos de fato e de direito abaixo aduzidos.

João Pessoa(PB), 13 de março de 2019

LIDIANI MARTINS NUNES
OAB/PB n.º 10244



EGRÉCIA CORTE

INCLITOS JULGADORES

APELANTE : ANANIAS FRANCISCO DE MELO

RAZÕES DO RECURSO DE APELAÇÃO:

I – DOS FATOS

Trata-se de ação de Cobrança de Seguro Dpvat, ajuizada perante a 11ª Vara Cível, desde a data de 08/06/2017, para o reconhecimento da pretensão a parte autora juntou aos autos: IDENTIFICAÇÃO PESSOAL (ID n.º 8206835), PROCURAÇÃO (ID n.º 8206803), BOLETIM POLICIAL (ID n.º 19760496) ATENDIMENTO HOSPITALAR (ID n.º 8206852) e REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO (ID n.º 16091778);

Ocorre que, nos autos da ação, houve um despacho no ID n.º 11422271, em que a MM Juíza solicita a juntada do requerimento administrativo, em despacho esse em data de 07/12/2017, após um mês que a ação foi ajuizada, sendo este o [primeiro despacho, o qual até a presente data se quer houve intimação de qualquer ato nos presentes autos;](#)

Pois bem, em data de 21/08/2018 mesmo a [parte autora não tendo se quer sido intimada](#) de qualquer despacho junta o comprovante REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO (ID n.º 16091778);



Porém, mais uma vez, *acontece outro erro*, a MM Juiza prolatada a extinção do processo sem julgamento de mérito, justificando que o polo ativo não cumpriu com o despacho, equivoco este que a MM Juiza, não observou as nulidades processuais, vez que, *não observou que nos autos não existe qualquer intimação de despacho, que nos autos não observou que a parte autora juntou o requerimento administrativo e que se quer o cartório certificou qualquer intimação de ato processual realizada até a presente data*, data vênua!!!

Douta julgadora, até a presente data se quer houve qualquer intimação de qualquer ato judicial, e mais, em data de 21/08/2018, mesmo sem intimação a parte autora junta nos autos o comprovante do requerimento administrativo conforme ID n.º 16091778, o qual se quer foi observado nos autos, mesmo assim, frente tais nulidades, a MM Juiza prolatada sentença de extinção, **sem ter o juízo obsevado que desde o ajuizamento da ação não houve qualquer ato processual de intimação nos autos, conforme foto retirada da movimentação em anexo;**

Ex positis, requer que chame o feito a ordem, reconheça a nulidade processual, acolha os embargos de declaração na sua totalidade, e determine audiência de conciliação/instrução e julgamento com realização de perícia, e promova a citação da parte ré, que até a presente data se quer fora citada nos autos, alias, nenhum ato de citação e intimação foi realizado nso autos pelo cartório.

II – DA TEMPESTIVIDADE

O presente Recurso de Apelação é tempestivo, vez que mesmo a ação tendo sido ajuizada desde a data de 08/06/2017, até a presente data **se quer houve alguma intimação ou citação de qualquer despacho ou ato processual.**

III – – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se, que seja dado provimento ao Recurso de



Apelação, e ato contínuo, frente a nulidade processual, casse a decisão de primeiro grau, devolvendo o tramite normal do processo, com o devido processo legal, determinando os autos a 11ª Vara Cível para dar prosseguimento ao processo determinando de plano perícia judicial e audiência de instrução e julgamento.

João Pessoa(PB), 13 de março de 2019

LIDIANI MARTINS NUNES

OAB/PB n.º 10244

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 13 de Março de 2019



LIDIANI MARTINS NUNES
OAB NO. 10244/PB



11ª Vara Cível da Capital/Juiz de Direito
ProComum 0828521-46.2017.8.15.2001 - ACIDENTE DE TRÂNSITO
 ANANIAS FRANCISCO DE MELO X NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. - EM LIQUIDACAO

Classe judicial PROCEDIMENTO COMUM (7)	Órgão julgador 11ª Vara Cível da Capital	Autuação 08/06/2017	Última distribuição 08/06/2017	Valor da causa R\$ 13.500,00
---	---	------------------------	-----------------------------------	---------------------------------

Processo	Incluir petições e documentos	Audiência	Expedientes	Características do processo	Perícia	Associados (0)	Acesso de terceiros	Dados específicos da classe
----------	-------------------------------	-----------	-------------	-----------------------------	---------	----------------	---------------------	-----------------------------

Partes	Documentos	Fechado
Ato de comunicação	Data limite prevista para ciência ou manifestação	Foram encontrados: 0 resultados

Scanned by CamScanner



Tribunal de Justiça da Paraíba: Detalhes do Processo - Navegador PJE - CNJ

11ª Vara Cível da Capital/Juiz de Direito

ProComum 0828521-46.2017.8.15.2001 - ACIDENTE DE TRÂNSITO
ANANIAS FRANCISCO DE MELO X NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. - EM LIQUIDACAO

Classe judicial
PROCEDIMENTO COMUM (7)

Órgão julgador
11ª Vara Cível da Capital

Autuação
08/06/2017

Última distribuição
03/06/2017

Valor da causa
R\$ 13.500,00

Processo

Incluir petições e documentos

Audiências

Expedientes

Características do processo

Perícia

Associados (0)

Acesso de terceiros

Dados específicos da classe

Impressão de lista de documentos

Download de documentos em PDF

Paginador

Detalhes do processo

Assuntos
ACIDENTE DE TRÂNSITO (10441)

Polo ativo
ANANIAS FRANCISCO DE MELO - CPF: 032.332.714-17 (AUTOR)
LIDIANI MARTINS NUNES - OAB PB10244 - CPF: 027.729.174-79 (ADVOGADO)

Polo passivo
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. - EM LIQUIDACAO - CNPJ: 85.031.334/0001-85 (RÉU)

Segredo de justiça?
NÃO

Justiça gratuita?
SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela?
NÃO

Documentos

Movimentações do Processo

Eventos do Processo

Nº do Evento	Movimento	Documento
18152763	13/03/2019 15:26:28 - Juntada de Petição de documento de comprovação	
15549766	19/12/2018 18:04:33 - Indeferida a petição inicial	
14626551	19/11/2018 15:17:32 - Conclusos para despacho	
12043227	21/08/2018 17:16:12 - Juntada de Petição de documento de comprovação	
12042794	21/08/2018 17:08:39 - Juntada de Petição de documento de comprovação	
7470357	07/12/2017 15:28:08 - Proferido despacho de mero expediente	
5088530	30/06/2017 13:07:16 - Conclusos para despacho	
4965394	08/06/2017 15:40:17 - Juntada de Petição de outros documentos	
4865089	08/06/2017 15:28:31 - Distribuição por sorteio	

Foram encontrados: 9 resultados

anexo



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A)
DO(A) 11A. VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA - PB**

Processo de no. 0828521-46.2017.8.15.2001

ANANIAS FRANCISCO DE MELO, devidamente qualificado(a), nos autos da **Ação de DPVAT**, sob o número **0828521-46.2017.8.15.2001**, por intermédio de seu advogado(a) e bastante procurador(a), vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, **REQUERER:**

Vem respeitosamente perante Vossa Excelência, comunicar a nulidade processual dos autos e requer que CHAME O FEITO A ORDEM, determinando o tramite normal do processo, pelos motivos de fato e de direito abaixo aduzidos.

Trata-se de ação de Cobrança de Seguro Dpvat, ajuizada perante a 11ª Vara Cível, desde a data de 08/06/2017, para o reconhecimento da pretensão a parte autora juntou aos autos: IDENTIFICAÇÃO PESSOAL (ID n.º 8206835), PROCURAÇÃO (ID n.º 8206803), BOLETIM POLICIAL (ID n.º 19760496) ATENDIMENTO HOSPITALAR (ID n.º 8206852) e REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO (ID n.º 16091778);

Ocorre que, nos autos da ação, houve um despacho no ID n.º 11422271, em que a MM Juíza solicita a juntada do requerimento administrativo, em despacho esse em data de 07/12/2017, após um mês que a ação foi ajuizada, sendo este o [primeiro despacho, o qual até a presente data se quer houve intimação de qualquer ato nos presentes autos;](#)

Pois bem, em data de 21/08/2018 mesmo a [parte autora não tendo se quer sido intimada](#) de qualquer despacho junta o comprovante REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO (ID n.º 16091778);

Porém, mais uma vez, [acontece outro erro](#), a MM Juíza prolatada a extinção do



processo sem julgamento de mérito, justificando que o polo ativo não cumpriu com o despacho, equívoco este que a MM Juíza, não observou as nulidades processuais, vez que, não observou que nos autos não existe qualquer intimação de despacho, que nos autos não observou que a parte autora juntou o requerimento administrativo e que se quer o cartório certificou qualquer intimação de ato processual realizada até a presente data, data vênua!!!

Douta julgadora, até a presente data se quer houve qualquer intimação de qualquer ato judicial, e mais, em data de 21/08/2018, mesmo sem intimação a parte autora junta nos autos o comprovante do requerimento administrativo conforme ID n.º 16091778, o qual se quer foi observado nos autos, mesmo assim, frente tais nulidades, a MM Juíza prolatada sentença de extinção, **sem ter o juízo observado que desde o ajuizamento da ação não houve qualquer ato processual de intimação nos autos, conforme foto retirada da movimentação em anexo;**

Ex positis, requer que chame o feito a ordem, reconheça a nulidade processual, e determine audiência de conciliação/instrução e julgamento com realização de perícia, e promova a citação da parte ré, que até a presente data se quer fora citada nos autos, alias, nenhum ato de citação e intimação foi realizado nso autos pelo cartório.

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 13 de Março de 2019



LIDIANI MARTINS NUNES
OAB NO. 10244/PB





Tribunal de Justiça da Paraíba: Detalhes do Processo - Navegador PJE - CNJ

11ª Vara Cível da Capital/Juiz de Direito

ProComum 0828521-46.2017.8.15.2001 - ACIDENTE DE TRÂNSITO
ANANIAS FRANCISCO DE MELO X NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. - EM LIQUIDACAO

Classe judicial
PROCEDIMENTO COMUM (7)

Órgão julgador
11ª Vara Cível da Capital

Autuação
08/06/2017

Última distribuição
03/06/2017

Valor da causa
R\$ 13.500,00

Processo

Incluir petições e documentos

Audiências

Expedientes

Características do processo

Perícia

Associados (0)

Acesso de terceiros

Dados específicos da classe

Impressão de lista de documentos

Download de documentos em PDF

Paginador

Detalhes do processo

Assuntos
ACIDENTE DE TRÂNSITO (10441)

Polo ativo
ANANIAS FRANCISCO DE MELO - CPF: 032.332.714-17 (AUTOR)
LIDIANI MARTINS NUNES - OAB PB10244 - CPF: 027.729.174-79 (ADVOGADO)

Polo passivo
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. - EM LIQUIDACAO - CNPJ: 85.031.334/0001-85 (RÉU)

Segredo de justiça?
NÃO

Justiça gratuita?
SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela?
NÃO

Documentos

Movimentações do Processo

Eventos do Processo

Nº do Evento	Movimento	Documento
18152763	13/03/2019 15:26:28 - Juntada de Petição de documento de comprovação	
15549766	19/12/2018 18:04:33 - Indeferida a petição inicial	
14626551	19/11/2018 15:17:32 - Conclusos para despacho	
12043227	21/08/2018 17:16:12 - Juntada de Petição de documento de comprovação	
12042794	21/08/2018 17:08:39 - Juntada de Petição de documento de comprovação	
7470357	07/12/2017 15:28:08 - Proferido despacho de mero expediente	
5088530	30/06/2017 13:07:16 - Conclusos para despacho	
4965394	08/06/2017 15:40:17 - Juntada de Petição de outros documentos	
4865089	08/06/2017 15:28:31 - Distribuído por sorteio	

Foram encontrados: 9 resultados

anexo



Rio de Janeiro, 25 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **ANANIAS FRANCISCO DE MELO**
Nº Sinistro: **3180327599**
Vitima: **ANANIAS FRANCISCO DE MELO**
Data do Acidente: **27/12/2016**
Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o número **3180327599**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Autorização de pagamento infor. incorretas

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13139873

Scanned by CamScanner



3838



Seguradora

LÍDER

Administradora do Seguro DPVAT



ANANIAS FRANCISCO DE MELO
RUA ASSENTAMENTO DONA ANTONIO, s/n QD A LT 7
JACUMA
CEP 58322-000 - CONDE - PB



JO987287247BR

Saiba + www.seguradoralider.com.br

Solicitar a indenização do Seguro DPVAT é simples; basta juntar os documentos necessários e entregá-los em uma seguradora consorciada, que, após constatar a sua regularidade, os encaminhará à Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Antes de tudo, lembre-se: para dar entrada no pedido de indenização ou acompanhar o andamento do processo, não é preciso envolver intermediários. Se você é o principal interessado na indenização, cuide dela você mesmo.

DPVAT-Como Requerer

Seguradora
LÍDER
Administradora do Seguro DPVAT



Scanned by CamScanner





Poder Judiciário da Paraíba
11ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0828521-46.2017.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: ANANIAS FRANCISCO DE MELO
Polo passivo: RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, face o recurso de apelação de ID 19762286 e petição seguinte, faço conclusão dos autos.

JOÃO PESSOA, 9 de abril de 2019
SIMON ABRANTES PINHEIRO BARBOSA



Vistos etc.

1. Mantenho a sentença na sua íntegra.

2. Verificada a interposição da apelação e preenchidos os requisitos do art. 1.110 do NCPC, cite-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias;

3. Suscitadas questões preliminares quando do oferecimento das contrarrazões, intime-se o respectivo recorrente para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se a respeito (art. 1009, §2º do NCPC);

4. Decorrido os prazos supracitados, com ou sem manifestação, subam os autos ao e. TJPB, com os nossos cumprimentos (art. 1.010, §3º do NCPC).



CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido e anexado ao Autos.

JOÃO PESSOA

25 de outubro de 2019

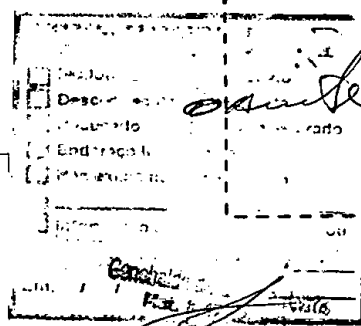
SIMON ABRANTES PINHEIRO BARBOSA



PJE - Proc. 0828521-46.2017.8.15.2001
A Sua Senhoria a Rep. Legal do(a):
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A
- EM LIQUIDAÇÃO
Rua/Av: SINÉSIO GUIMARÃES -
nº301 - SALA 03 Á 05
Bairro: TORRE - JOÃO PESSOA -
PB
CEP: 58000-000



11ª Vara Cível da Paraíba
recebi em 07/10/2019
Mário Maria Pereira Gomes
MM. 468.654-9



SELO
30.5734
TJ

Correios REGISTRADO URGENTE registered priority		PESO (kg) weight
Recebedor	AR MP	
Assinatura	Doc.	
JU 36797040 2 BR		





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS-ENOT

JU 36797040 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
16 SET 2019
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
19/09/19	23/09/19	23/09/19
:	:	:
h	h	h

ENDERECO PARA
DEVOLUCAO
RETOUR

PRESENÇA DO RECEBENTE / PRESENCE DE L'EXPÉDIENTEUR	
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDIENTEUR	
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA	
JUIZO DE DIREITO DA IIª VARA CÍVEL	
FORUM DES. MÁRIO MOACYR PORTO	
Av: João Machado, nº s/n - 4º Andar	
Jaguaribe - João Pessoa - PB	
CEP: 58013-520/Fone/Fax: 83-3208-2483	
UF	BRASIL
	BRESEL

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

JOÃO PESSOA

25 de outubro de 2019

SIMON ABRANTES PINHEIRO BARBOSA





Poder Judiciário da Paraíba
11ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0828521-46.2017.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: ANANIAS FRANCISCO DE MELO
Polo passivo: RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, diante da devolução da carta de citação (para contrarrazoar), ID 25637065, de ordem, intimo autor/apelante para se manifestar.

JOÃO PESSOA, 25 de outubro de 2019
SIMON ABRANTES PINHEIRO BARBOSA



anexo



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A)
DO(A) 11A. VARA CIVEL DE JOÃO PESSOA - PB**

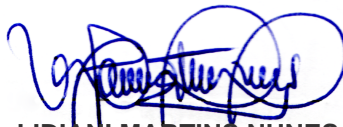
Processo de no. 0828521-46.2017.8.15.2001

ANANIAS FRANCISCO DE MELO, devidamente qualificado(a), nos autos da **Ação de DPVAT**, sob o número **0828521-46.2017.8.15.2001**, por intermédio de seu advogado(a) e bastante procurador(a), vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, **REQUERER:**

Requer o deferimento da alteração do polo passivo da demanda, uma vez que a Nobre seguradora se encontra em liquidação extrajudicial, sendo assim, solicito a alteração do polo passivo da lide para fins de CITAÇÃO da [MAPFRE VERA CRUZ PREVIDÊNCIA S/A, localizada na Av. Presidente Epitácio Pessoa, n.723, centro, João Pessoa/PB, Cnpj n.º 61.074.175/0082-01.](#)

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 28 de Outubro de 2019


LIDIANI MARTINS NUNES
OAB NO. 10244/PB





Poder Judiciário da Paraíba
11ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0828521-46.2017.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: ANANIAS FRANCISCO DE MELO
Polo passivo: RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO

CERTIDÃO

Face o petítório de ID 25671482, faço conclusão dos autos.

JOÃO PESSOA, 7 de fevereiro de 2020
SIMON ABRANTES PINHEIRO BARBOSA





Poder Judiciário da Paraíba
11ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0828521-46.2017.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Como não houve citação, defiro a mudança no polo passivo, como requerido ID 25671482.

Cumpra-se o item 2 do despacho, após o 4 do ID 22428172.

JOÃO PESSOA, 16 de março de 2020.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
11ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0828521-46.2017.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: ANANIAS FRANCISCO DE MELO
Polo passivo: REU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que procedi à alteração do polo passivo da lide, excluindo NOBRE SEGURADORA e incluindo MAPFRE VERA CRUZ PREVIDÊNCIA S/A, como requerido e determinado.

JOÃO PESSOA, 29 de maio de 2020
SIMON ABRANTES PINHEIRO BARBOSA



anexo



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE
DIREITO DA 11 VARA DA JUSTIÇA ESTADUAL DE
JOÃO PESSOA – ESTADO DA PARAÍBA.**

Processo NPU 0828521-46.2017.8.15.2001

A Parte Autora, **ANANIAS FRANCISCO DE MELO**, devidamente qualificado nos autos em epigrafe, vêm à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada e bastante procuradora, com o devido respeito a Vossa Excelência, **REQUERER A REMESSA DOS AUTOS PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAIBA**, para analisar o **RECURSO DE APELAÇÃO** interposto nos autos [Id n.º 19762286](#).

Respeitosamente, pede deferimento.

João Pessoa (PB), 17 de Junho de 2020.

LIDIANI MARTINS NUNES

ADVOGADA OAB/PB N.º 10244

